

**GENEVRA CONDENADA À MORTE NA DEMANDA SEVILHANA (1535):
VARIAÇÃO TEXTUAL NA RECEPÇÃO PENINSULAR DA MORT ARTU**

**GUINEVERE CONDEMNED TO DEATH IN THE SEVILLIAN DEMANDA
(1535): TEXTUAL VARIATION IN MORT ARTU PENINSULAR RECEPTION**

Alejandro Casais
Universidad Católica Argentina

Tradução
Pamela Emilse Naumann Gorga *

Resumo: A *Demanda* de Sevilha (1535) consiste em uma tradução castelhana de quase toda a *Post-Vulgata* francesa, último ciclo de *romans* arturianos em prosa. O primeiro dos seus dois livros traz uma versão da segunda seção da *Post-Vulgata*, a *Estoire de Merlin*, enquanto que o segundo faz o mesmo com a terceira, a *Queste del saint Graal*. Sem nenhuma divisão externa, os capítulos finais do volume correspondem ao epílogo do ciclo, uma concisa *Mort Artu*. Esta concisão, certamente, só é perceptível quando o texto castelhano é colocado em paralelo ao de outro *roman* concernente ao final de Artur, *La mort le roi Artu*, última ramificação do ciclo *Vulgate*; de fato, a *Mort Artu Post-Vulgata* não é senão uma reelaboração da anterior *Mort Artu Vulgate*. O presente artigo examinará a recepção castelhana de um dos episódios mais importantes de ambos os *romans* franceses, o da condenação à morte de Genevra; a versão contida na *Demanda do santo Graal* portuguesa também será levada em conta.

Palavras-chave: *Mort Artu*, *Demanda* castelhana (Sevilha, 1535), Genevra.

Abstract: The Sevillian *Demanda* (1535) is a Castilian translation of most of the French *Post-Vulgate*, the last cycle of Arthurian prose romances. The first of his two books provides a version of the second section of the *Post-Vulgate*, the *Estoire de Merlin*, while the second book does the same with the third one, the *Queste del saint Graal*. Without any external mark of that, the final chapters of the volume correspond to the epilogue of the cycle, a concise *Mort Artu*. This concision is only visible when the Castilian text is placed in parallel to another romance concerning the end of Arthur, *La mort le roi Artu*, last branch of the *Vulgate* cycle; in fact, *Post-Vulgate Mort Artu* is nothing but a reworking of the earlier *Vulgate Mort Artu*. This article will examine the Castilian reception of one of the most important episodes in both French romances, the death sentence to Guinevere; the version contained in the Portuguese *Demanda do santo Graal* will also be taken into account.

Keywords: *Mort Artu*, Castilian *Demanda* (Seville, 1535), Guinevere.

Recebido em: 24/10/2014
Aprovado em: 20/11/2014

* pnaumanngorga@gmail.com

1.Introdução

Frente à tradição espanhola de novela de cavalarias inspirada no *Amadís de Gaula* de Garci Rodríguez de Montalvo, a *Demanda del sancto Grial con los maravillosos fechos de Lanzarote y de Galaz su hijo*, impressa em 12 de outubro de 1535 em Sevilha, é uma obra mais decididamente medieval, pois consiste em uma tradução castelhana de quase toda a *Post-Vulgata* francesa (1230-1240), último grande ciclo dos *romans* arturianos em prosa. Com efeito, o primeiro dos dois livros entre os quais a edição hispalense divide a sua matéria narrativa (342 capítulos) traz uma versão castelhana da segunda seção da *Post-Vulgata*, a *Estoire de Merlin*, enquanto o segundo livro (455 capítulos) faz o mesmo com a terceira, a *Queste del saint Graal*. Sem uma divisão externa que o sublinhe, os capítulos finais do volume (CCCXC- CCCCLV) correspondem ao epílogo do ciclo, uma breve *Mort Artu*; brevidade, certamente, que só é completamente perceptível quando o texto castelhano é colocado em paralelo ao de outro *roman* referente ao final do Artur, *La mort le roi Artu*, última *branche* do mais importante ciclo de romances medievais, o modernamente conhecido como *Vulgata* (1225-1230). E é que a *Mort Artu Post-Vulgata* não é senão uma reelaboração da *Mort Artu Vulgata*. Desta maneira, a *Demanda* de 1535 resulta em si mesma uma verdadeira *summa* de matéria arturiana, tanto desde um ponto de vista sincrônico – reproduz quase todo o edifício cíclico da *Post-Vulgata*, com exceção do *roman* inicial, *Estoire del saint Graal* – quanto desde um ponto de vista diacrônico –hipertexto imediato da *Post-Vulgata* e mediato da *Vulgata*–¹. Conscientes de tudo isto, e tomando como termos de comparação os textos da *Vulgata* original e da tradução portuguesa do manuscrito de Viena, no presente trabalho examinaremos a recepção de um dos episódios mais importantes da

¹ Certamente, têm-se conservado exemplares de anteriores edições castelhanas desta matéria arturiana da *Post-Vulgata*, entre as que destacaremos o *Baladro del sabio Merlin con sus profecías* de um incunábulo burgalês de 1498 (correspondente, com certeza, à *Estoire de Merlin*) e uma *Demanda del sancto Grial* impressa em Toledo em 1515 (*Queste*). Também existem testemunhos manuscritos, em castelhano e em português, entre os que convém ressaltar – pelo emprego que faremos dele neste trabalho– o ms. 2594 da Österreichische Nationalbibliothek de Viena (século XV), única cópia até hoje conhecida da *Demanda* lusa. O elenco completo dos testemunhos do ciclo se encontra em GRACIA, Paloma. El ciclo de la Post-Vulgata artúrica y sus versiones hispánicas. *Voz y Letra*, n. VII, p. 5-15, 1996.

Mort Artu, o da condenação à morte ditada contra Genevra uma vez descoberta a sua furtiva relação amorosa com Lancelot (CCCXCVIII-CCCC)².

Enquadraremos a nossa proposta na mais clássica concepção dos estudos de literatura comparada, a da usualmente chamada “escola francesa”. Neste sentido, lembrando com Chevrel que “*l’originalité de la démarche comparatiste réside, au-delà de toutes les difficultés de définitions, dans la confrontation de deux cultures au moins*”, e que esta confrontação deve guiar-se sempre por dois princípios metodológicos chave, a saber, que “*toute une partie de la documentation étudiée sera constituée par les marques de transformation des textes (traductions, adaptations, ...), pour l’étude desquelles une méthodologie particulière est indispensable*”, e que “*la réception dans une perspective comparatiste va de pair avec une perspective historique, qui peut être d’histoire littéraire, d’histoire de l’opinion, d’histoire des mentalités...*”³, dedicaremos a parte central do nosso trabalho (§ 3) ao assédio das constantes e os desvios do episódio selecionado na obra castelhana a respeito das suas fontes, enquanto consagraremos a conclusão (§ 4) a uma breve caracterização do horizonte de expectativas dentro do qual esta tradução pode ser lida. Previamente (§ 2) compendaremos os principais juízos críticos a respeito da *Mort Artu Vulgata* e *Post-Vulgata* uma vez que sem eles a análise que propomos não seria viável.

2. *La mort le roi Artu*, desde a *Vulgata* francesa até a *Demanda* sevilhana

Jean Frappier observa que, embora composto por cinco ramificações de apreciáveis dimensões cada uma (*Estoire del Saint Graal*, *Estoire de Merlin*, *Livre de Lancelot del Lac*, *Queste del Saint Graal* e *Mort le roi Artu*), o núcleo mais antigo e significativo do ciclo *Vulgata* está representado pelas três últimas – às que denomina globalmente *Lancelot en prose*, já que estão centradas na figura do melhor cavaleiro da Távola Redonda –, e ainda mais em especial pelo *Livre de Lancelot del Lac* ou *Lancelot*

² Nossas citações provirão respectivamente destas edições: i) FRAPPIER, Jean (ed.). *La Mort le roi Artu, roman du XIII^e siècle*. Paris: Droz, 1936. ii) MAGNE, Augusto (ed.). *A demanda do santo graal*. 3 vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. iii) BONILLA Y SAN MARTÍN, Adolfo (ed.). *La demanda del sancto Grial con los maravillosos fechos de Lanzarote y de Galaz su hijo*. Madrid: Bailly Baillié e hijos editores, Nueva Biblioteca de Autores Españoles 6, Libros de caballerías I, Ciclo artúrico-ciclo carolingio, 1907, p. 163-338.

³ CHEVREL, Yves. De l’influence à la réception critique. In: PAGEAUX, D.-H. (ed.). *La recherche en littérature générale et comparée en France. Aspects et problèmes*. Paris: Société Française de Littérature Générale et Comparée, 1983, p. 19-26. p. 100-101.

propre, focado na celeberrima história dos amores adúlteros de Lancelot e Genevra⁴. A esta sequência, de enorme êxito a partir do *Chevalier de la Charrette* de Chrétien de Troyes, uniram-se outros motivos literários que não tinham uma direta relação entre si, principalmente a busca do castelo do graal e a destruição do reino de Artur, e da sua transformação e combinação obteve-se um *ensemble* de claro espírito religioso que tem como objetivo a busca de um Graal assimilado ao cálice da Última Ceia. De fato, embora Lancelot, o cavaleiro chamado a completar esta aventura mística, fracassa por ceder ao amor-paixão, é o seu filho Galaad quem conserva com firmeza a castidade requerida e se faz digno da empresa; a antítese entre o compromisso mundano e a vocação ascética alcança, desta forma, uma síntese coerente na estrutura global do ciclo: “*le meilleur chevalier de la chevalerie celestielle est le fils du meilleur chevalier de la chevalerie terrienne*”⁵.

Dentro dessa progressão, é missão da *Mort Artu* referir-se ao doloroso, embora justo, castigo ao que os últimos representantes dessa cavalaria *terrena* – concretamente, os clãs mortalmente enfrentados por Artur e Lancelot– têm-se tornado credores pelos seus pecados e desavenças. A síntese do Frappier merece ser citada:

*Si la composition du Lancelot propre est amplement narrative, si celle de la Queste est symbolique et didactique, celle de la Mort Artu est dramatique. Les causes et les effets s'enchaînent avec rigueur: la ruine de la Table Ronde a pour cause profonde le péché de Lancelot et de la reine; cette cause initiale en engendre une autre, la mort de Gaheriet et la démesure de Gauvain acharné à venger son frère; cette deuxième cause entraîne elle-même une troisième, la trahison de Mordret qu'enflamme un amour insensé pour Guenièvre. Cet engrenage ne peut s'expliquer que par un dessein concerté. L'action progresse avant tout par les passions des personnages; les fatalités intérieures de l'amour et de la haine déclenchent et soutiennent le crescendo de la mort à travers tout le roman*⁶.

Embora Frappier não faça menção disso aqui, este encadeamento psicologicamente inevitável de desastres tem como principal responsável ao rei Artur já que apesar de que os amores de Lancelot e Genevra são a causa primeira de todos os conflitos do *roman*, o que tais conflitos se sucedam sem controle e arrastem consigo a integridade mesma do reino só se explica pelo fato de que a sua cabeça não soube desempenhar a função de juiz

⁴Cf. FRAPPIER, Jean. Le cycle de la *Vulgate* (*Lancelot en prose et Lancelot-Graal*). In: JAUSS, H. R.; KÖHLER, E. (eds.). *Grundriss der romanische Literaturen des Mittelalters*. Vol. IV/1, Le roman en prose jusqu'à la fin du XIII^e siècle. Heidelberg: Carl Winter Verlag, 1978, p. 536-589. Cf. especialmente p. 536-538.

⁵ Ibid., p. 538.

⁶ Ibid., p. 567.

justo que lhe é exclusiva e sobre a que repousa toda a ordem do mundo ficcional⁷. A sua falta não carece de profundidade psicológica, uma vez que o adultério da rainha – cujo descobrimento Artur evitou de modo inconsciente no decorrer de grande parte da obra – o implica e o fere de forma pessoal, como homem, no entanto, o não poder sufocar as crescentes disputas internas entre a sua linhagem e a de Lancelot – e, inclusive, aticá-las ele mesmo – está nos antípodas da sua responsabilidade de monarca e não pode ficar sem castigo. Neste panorama, o episódio que escolhemos, o da condenação à fogueira da rainha, é crucial. Bogdanow explica por que:

La Mort Artu, à l'encontre de la Queste, ne cherche nullement à condamner la chevalerie terrienne au profit d'un idéal religieux. Lancelot reste le héros préféré, tout comme dans le Lancelot propre. Soucieux à la fois de le disculper et de lui garder la sympathie du lecteur, l'auteur rejette presque toute la responsabilité du conflit intestin, et par conséquent de la catastrophe finale, sur le roi Arthur et son neveu Gauvain. On sait que la guerre entre les chevaliers d'Arthur et Lancelot n'est devenue inévitable qu'après la mort de Gaheriet tué involontairement par Lancelot dans le combat autour du bûcher. Or, afin de suggérer que le roi Arthur avait lui-même dans une large mesure contribué à la situation qui avait obligé Lancelot d'aller au secours de la reine, l'auteur rappelle, au moyen d'un jeu de parallélismes, un des incidents du Lancelot propre. Il s'agit de celui de la Fausse Guenièvre où Arthur avait eu tort de condamner la reine à une punition cruelle dont seul le combat livré par Lancelot contre trois chevaliers ait pu la sauver. Par analogie, l'auteur de la Mort Artu implique que cette fois encore Arthur avait eu tort de condamner sa femme à mort, ce qui, en effet, s'avérera comme vrai lorsque, plus tard, comme dans le Lancelot propre, le Pape menacera de jeter un interdit sur le royaume de Logres si le roi Arthur ne reprend pas sa femme⁸.

Em uma atitude ressentida – conotada pela intertextualidade que Bogdanow aponta e declara por uma série de elementos textuais que teremos a oportunidade de revisar –, Artur submete sua esposa a um processo que já tem uma sentença implícita e obriga ao seu sobrinho Gaheriet a participar da execução; que durante o resgate da Genevra Lancelot mate a Gaheriet sem reconhecê-lo livra ao “*caballero de la carreta*” de toda suspeita de maldade e é indício de que a Fortuna tornou-se adversa a Artur

⁷ Cf. BOUTET, Dominique. Arthur et son mythe dans la *Mort le roi Artu*: visions psychologique, politique et théologique. In: DUFOURNET, Jean (ed.). *La Mort du roi Arthur ou le crépuscule de la chevalerie. Études recueillies par Jean Dufournet*. París: Honoré Champion Éditeur, 1994, p. 45-65. Cf. especialmente p. 50-58.

⁸ BOGDANOW, Fanni. La chute du royaume d'Arthur. Évolution du thème. *Romania*, n. 107, 4, p. 504-519, 1986, especialmente p. 508-509.

porque este decidiu levar as coisas longe demais. Antes do colapso geral de Logres, o *roman* pinta o pessoal de Artur: e não só isso, o primeiro provém do segundo.

Dissemos que a *Vulgata* não foi a única tentativa de compor uma *summa* coerente de todos os eventos do universo arturiano: não muito depois de ter sido terminada e mediante a reelaboração da maioria dos seus materiais, fez-se a mais breve *Post-Vulgata*. Nela o *Livre de Lancelot du Lac* foi omitido quase por completo, e o mesmo ocorreu com todos os episódios da primeira metade da *Mort Artu*, que versavam sobre o restabelecimento das furtivas relações entre Genevra e Lancelot⁹. É nestas omissões que Bogdanow encontra a chave da estrutura e a mentalidade do novo ciclo; de fato, o próprio autor anônimo – que nos testemunhos conservados finge ser o mesmíssimo Robert de Boron – assegura que a sua intenção foi escrever um livro dividido em três partes de igual extensão e que isso o obrigou a excluir o *Lancelot*, três vezes mais extensa que as outras seções; é por isto que Bogdanow, para referir-se ao inteiro conjunto narrativo, descarta o rótulo usual de *ciclo Post-Vulgata* em favor do de *Roman du Graal*: o material vindo das várias *branches* da *Vulgata* conforma agora uma só narração tripartite que tem como o único protagonista ao rei Artur e que quer dar conta das três épocas da sua *roiaume aventureux* e de sua definitiva *mescheance*¹⁰. Mas esta nova estrutura, como é previsível, supõe novos sentidos: ao omitir quase todas as sequências narrativas relacionadas com os amores adúlteros entre o cavaleiro e a rainha, o *Roman du Graal* ignora aquela dialética entre a cavalaria terrena e a cavalaria celeste e adquire de fato um teor austero e abertamente didático pelo qual todo o amor ilícito é castigado com severidade; e não se trata só dos habituais deslizes de Genevra e Lancelot – que, afinal das contas, estão substancialmente minguados – senão, acima de tudo, do ignorado, mesmo que o aberrante incesto que o próprio Artur cometeu após a sua coroação na pessoa de uma sua meia irmã, esposa do rei Lot, e do qual nascerá Mordret.

⁹ A *Mort Post-Vulgata* suprime os parágrafos 4-85 da edição de Frappier (cf. 1936, p. 5-84) e mostra em geral uma tendência a eliminar todas as cenas que Genevra e Lancelot têm a sós, com a lógica exceção do encontro dos parágrafos 89-90 (cf. 1936, p. 90-94), causa próxima da condena à morte da rainha (cf. BOGDANOW, Fanni. *The Romance of the Grail. A Study of the Structure and Genesis of a Thirteenth-Century Arthurian Prose Romance*. Manchester y Nueva York: Manchester University Press y Barnes & Noble, 1966, p. 145 y ss.). Posteriormente volta a reduzir sensivelmente a matéria proveniente da *Vulgata*, esta vez mediante um rápido resumo dos capítulos 112-191. Como diremos a seguir, a consequência principal de todas estas medidas é contundente: Lancelot tem cedido a Arturo o lugar de protagonista do *roman*.

¹⁰ Cf. BOGDANOW, Fanni. *The Suite du Merlin and the Post-Vulgate Roman du Graal*. In: LOOMIS, Roger Sherman (ed.). *Arthurian Literature in the Middle Ages. A collaborative History*. Londres: Oxford University Press, 1959, pp. 325-335. Cf. especialmente 332-334.

Agora é esta falta a causa remota do colapso de Logres e a que faz de Artur um personagem trágico: a sua catástrofe não é já produto de uma decadência no exercício das suas responsabilidades senão de um erro pontual que desperta a cólera divina¹¹. De fato, o conflito entre a sua linhagem e a de Lancelot já não é produto da morte de Gaheriet – cujo máximo, mas não único responsável, como veremos, segue sendo o próprio rei – senão de diversas mortais alternativas e lances cavalleirescos ocorridos durante a *Queste* propriamente dita, nas quais Artur não participou; com efeito, a *Demanda* portuguesa dedica os seus capítulos finais correspondentes a essa *Queste* – os 624-626, não conservados na castelhana – a explorar o novo conflito e a apresentá-lo como o motivo pelo qual Agravain e Mordret denunciarão o adultério da rainha na *Mort*¹². Em conclusão, o Artur da *Post-Vulgata* tem menos culpas, mas as paga ao mesmo custo.

Antes de concluir esta rapidíssima descrição das fontes da nossa novela, devemos registrar um grave problema material que possui grande importância para o nosso propósito. Com efeito, o atual conhecimento deste segundo grande ciclo arturiano sofre muita interferência de sua catastrófica transmissão, que não nos permite chegar a nenhuma das seções do *ensemble*¹³ na íntegra em língua francesa; de fato, só existem dois breves fragmentos da *Mort Artu Post-Vulgata*, muito posteriores ao episódio que queremos analisar. São as versões ibéricas – entre elas, a *Demanda* de 1535– as que

¹¹ BOGDANOW, 1986, p. 512-513.

¹² *Ambas as novelas conservam o relato da reunião na qual os cinco sobrinhos do rei consideram a conveniência de informar a este da secreta relação da sua esposa; e nesta reunião, como tem advertido Bogdanow (cf. 1966, p. 145 y ss.), Gauvain intervém para dissuadir do seu propósito a Agravain e Mordret, mas sem deixar de fazer explícita a sua prematura animadversão pelo Lancelot, inexistente na Vulgata até a morte de Gaheriet: “Calade-vos, ca nom há mester, ca se o al-rei dissermos, tal guerra poderá i nacer per que mais de LX mil homens poderiam i morrer, e com todo êsto nom poderia seer nossa desonra vingada, ca sobejamente é grande o poder da linhagem de rei Bam e Deus os pôs em tal honra e em tal poder, que nom cuido que podessem seer dirribados per homem, e por êsto leixemos-nos em, ca mui grã malaventura sobejo poderia em nacer. E nom digo êsto que eu nom queira peor aa linhagem de rei Bam ca vós nom poderíades cuidar, e se eu visse meu poder, vós veeríades o que eu mostraria” (MAGNE [ed.], 1944, t. II, p. 317). “Hermanos, calladvos, ca no ha menester que este pleyto sea descubierto, que si al rey lo dixeremos, tal guerra podra ende venir, que moriran mas de quarenta mill honbres, e con todo esto no sera nuestra deshonorra vengada; ca mucho es de gran bondad el linage del rey Van, e Dios los puso en tal alto lugar de honra e de poder, que no pienso que pudiesen ende ser derribados por honbre. E por esta razon nos dexemos ende, ca gran malaventura podria ende venir, e no digo yo esto porque no quiero peor el linage del rey Van que vos pensays, e, auiendo poder, veriades lo que ay faria” (BONILLA Y SAN MARTÍN [ed.], 1907, p. 313ab).*

¹³ GRACIA, 1996, p. 7-10.

preservaram, através do denso véu da tradução medieval, os materiais originais¹⁴. Temos lembrado que, de acordo com Chevrel, para o estudo das “marques de transformation des textes” – como para qualquer empresa científica – “une méthodologie particulière est indispensable”; a índole mesma da nossa *Demanda* sugeriria recorrer aos estudos da tradução, recentemente postos em diálogo com o campo da literatura comparada¹⁵, mas esta acidentada transmissão da *Mort Artu Post-Vulgata* torna impossível a tarefa em um sentido estrito já que carecemos de um original francês certo: a existência do *texto-fonte* não está adequadamente assegurada aqui. Advertidos destas dificuldades, proporemos, na sequência, um cauto cotejo do episódio da condenação à morte de Genevra com os seus correspondentes da primeira fonte de nossa novela, a *Mort Artu Vulgata*, e da versão portuguesa da *Post-Vulgata*. A nossa atenção não se centrará no *desenvolvimento diacrônico* da *Mort Artu*, mas antes na *especificidade sincrônica* da *Demanda* castelhana, mesmo quando ambos os polos não sejam fáceis nem completamente seccionáveis.

3.“... que mal te consejaron los que el consejo te dieron”: Genevra condenada à morte na *Demanda* sevilhana

A novela castelhana dispõe os fatos do episódio em três capítulos: “CCCXCVIII. Como el cuento dixo de Lançarote como escapo de aquellos”¹⁶, no qual, descobertos os amantes, Artur se propõe castigar sem dilação a sua esposa, mas é convencido pelo rei Yon – que nossa versão castelhana confunde de forma muito descuidada ora com Van ora com Vandemagus – de adiar a consideração do assunto para o dia seguinte; “CCCXCIX. Como el rey mando a Grauin e a Morderec que era lo que mandauan se hiziesse de la reyna”¹⁷, onde finalmente decide-se que Genevra morrerá na fogueira; e “CCCC. Como leuauan a quemar a la reyna Ginebra”¹⁸, onde o povo deplora a decisão e Artur obriga a Gaheriet a somar-se, muito ao seu pesar, à

¹⁴ Cf. BOGDANOW, 1966, p. 139, p. 141 e p. 261-270 (Appendix II). Ver também LATHUILLERE, Roger. *Le Roman du Graal* postérieur à la *Vulgate* (Cycle du Pseudo-Robert de Boron). In: JAUSS, H. R.; KÖHLER, E. (eds.), 1978, p. 615-622. p. 618. Não existe unanimidade acerca de qual foi a língua empregada para a primitiva tradução ibérica da *Post-Vulgata*, se o castelhano ou o português; na atualidade tende a aceitar-se mais a segunda hipótese (cf. GRACIA, 1996, p. 13).

¹⁵ LLÁCER, Eusebio V. *Introducción a los estudios sobre traducción. Historia, teoría y análisis descriptivos*. Valencia: Universitat de València, Anejo XX de la revista *Cuadernos de Filología*, 1997, p. 114.

¹⁶ BONILLA Y SAN MARTÍN (ed.), 1907, p. 316a.

¹⁷ Ibid, p. 316b.

¹⁸ Ibid, p. 316b.

escolta da condenada. Similar organização – em última análise, dependente da original *Mort Artu Vulgata* – mostra o texto português segundo a edição de referência, embora as suas seções careçam de título e sigam uma numeração diferente¹⁹. O fragmento que analisaremos pertence ao segundo capítulo; façamos então um rápido comentário do primeiro, ponto de partida do episódio, tendo presentes os seus hipotextos francês e português.

No capítulo CCCXCVIII Agravain e Mordret – com o aval de Artur – finalmente surpreenderam os amantes durante um dos seus encontros furtivos e, tendo capturado Genevra, “*fizieronla mucha desonrra e pesar a dixeronle que era su aleue pr[o]vado, e que moriria por ello*”²⁰. Trata-se da primeira referência jurídica de um episódio cujo objetivo, na sua versão original, é alcançar uma resposta para a questão “*que doit l’en fere de la reïne par droit jugement*”. Mas o centro do problema legal e moral a que assistimos consiste, precisamente, em que os acusadores carecem dos elementos imprescindíveis para apresentar a sua acusação como um “*aleue provado*” uma vez que Lancelot pôde deixar a tempo a câmara de Genevra e, desta maneira, evitar o flagrante, o qual será reivindicado em outro momento pela

¹⁹ O capítulo 635 mostra a Artur que “*vingar-se-ia da raia*”, o juízo ocorre no capítulo 636 e o lamento do povo ocupa um capítulo próprio, o 637, separado da intervenção forçada de Gaheriet, deslocada às primeiras linhas do 638 (MAGNE [ed.], 1944, t. II, p. 326-329).

²⁰ O texto original é “... *li firent honte et laidure assez plus qu’il ne deüssent et distrent que ore estoit la chose prouvee et qu’ele n’en puet eschaper sanz mort*” (FRAPPIER [ed.], 1936, p. 95); já na *Demanda* portuguesa, com a qual o nosso texto castelhano coincide quase palavra por palavra, pode apreciar-se a omissão desse sumariíssimo juízo de valor sobre o comportamento dos irmãos (“*assez plus qu’il ne deüssent*”) e a adaptação da segunda parte do estilo indireto de Agravain e Mordret: “... *fezerom-lhi muita desonra e muito pesar, e disseram-lhe que ora era o seu aleive provado e que ora morreria*” (MAGNE [ed.], 1944, t. II, p. 326). A edição castelhana de Bonilla e San Martín, preparada sem um confronto do texto francês da *Vulgata*, possui um pequeníssimo, mas significativo erro, corrigido no corpo do nosso trabalho, já que desenvolve como “privado” a abreviatura da que o impresso hispalense faz uso neste lugar – consultar no sítio web institucional o folio 182rb do exemplar da Biblioteca Nacional de Madrid (www.hispana.mcu.es) –. Apesar de a lição “*dixeronle que era su aleue privado, e que moriria por ello*” (BONILLA Y SAN MARTÍN [ed.], 1907, p. 316a) não carecer de sentido ao modesto nível da frase, porquanto com efeito o adultério era um “delito” de ordem privada, considerada em relação com a coerência global do episódio supõe um enorme despropósito já que é esse caráter “privado” o que torna incoerente – e, ainda pior, desleal – o comportamento de Agravain e os seus irmãos, que interferem nos assuntos mais íntimos do rei movidos pela busca de uma vingança pessoal e não pelo interesse do seu senhor e o bem-estar do seu reino (cf. OLLIER, Marie-Louise. Le sens du procès dans la *Mort Artu*. In: DUFOURNET, Jean [ed.]. *La Mort du roi Arthur ou le crépuscule de la chevalerie. Études recueillies par Jean Dufournet*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 1994, p. 157-179. p. 176 y ss.); desta maneira, no texto analisado por Bonilla e San Martín os acusadores fundam a sua imputação em um argumento que mais conviria à defesa. Um exemplo como este sugere quão variadas são as interferências que surgem no decorrer da transmissão material de um texto e, para o caso concreto da *Demanda*, quão necessária é a elaboração de uma nova edição que leve em conta as lições de seus modelos subjacentes; Paloma Gracia se encontra empenhada nesta exigente tarefa, cujos resultados aguardamos com ansiedade.

intervenção papal à que aludiu Bogdanow²¹. O próprio Artur não ignorava quão importante era aprisionar juntos a ambos os amantes, como demonstram as palavras com as que o narrador descreve o momento em que é notificado de todo o incidente (“quando esto oyo el rey, vuo gran pesar, e pregunto si era preso Lançarote”²²); contudo, apesar da resposta negativa que recebe, e de fracassar em seguida a comitiva encarregada de capturar o cavaleiro, o rei adota uma postura irracional manifestada primeiro em um rápido estilo direto (“y el dixo que le pesaua de coraçõ, pero, ‘pues que no me puedo vengar de Lançarote, vengarme he de la reyna’”²³) e depois em um discurso mais amplo:

Quiero [...] por esta deslealtad fazer justicia della, que todas las que la oyan sean castigadas. E yo mando a vos, rey, primeramente, y a los otros que aqui son, e ruegovos por aquella fe que me deuedes, que vos catedes

²¹ “Dedenz celui terme avint que li apostoles de Rome sot que li rois Artus avoit sa fame lessiee et qu’il prometoit qu’il l’ocirroit, s’il la pooit tenir ; et quant li apostoles ot oï que on ne l’avoit pas prise provee el meffait que on li metoit sus, si manda as arcevesques et as esvesques del país que toute la terre que li rois Artus tenoit fust entredite et en escommunication, se il ne reprenoit sa fame et la tenist en pes et en honor, ensi comme rois doit tenir reïne. Quant li rois ot ce mandement, si fut moult courrouciez; et nonpourquant il amoit la roïne de si grant amour, tot quidast il bien qu’ele li eüst meffait, que il fu legierement vaincus ; mes il dist que, se la reïne revenoit, que ja por ce la guerre ne remeindra entre li et Lancelot, puis qu’il l’avoit emprise” (FRAPPIER [ed.], 1936, p. 129). A *Mort Post-Vulgata*, tem-se dito, resume o conteúdo dos capítulos 112-191 da *Mort Vulgata*, pelo qual a passagem citada não encontra nos textos ibéricos senão uma muito livre repercussão: “656. Em outro dia, pola manhaã, fêz Lançalot erguer a sina vermelha na tôrre, e os da foresta viram-no logo e saïrom, e Lançalot saïu aquela hora do castelo e começaram a hoste mui de-rijo de âmbalas partes. Em aquela batalha, perdeu rei Artur muito, e muito mais que os outros, ca os da linhagem de rei Bam eram de tam grande bondade de armas, que el-rei mem seus homens nom lhis pudiam durar que nom perdessem i muito, cada vez que se juntavam, e êsto era muito amiúde. E a-cima perdera i el-rei todo, se o arcibispo de Contúrbel nom fôsse, que era parente da raia, e escomungou todo o reino de Logres, porque el-rei nom queria tornar a se molher; mas quando el-rei viu que a santa igreja o constrangia assi, filhou-a. E foi mui mais ledo ca fazia sembrante; ca el amava a raia sôbre tôdalas cousas do mundo” (MAGNE [ed.], 1944, t. II, p. 345-346). “Y en aquella batalla perdio el rey muchos caualleros, e los del linaje del rey Van eran de tan gran bondad de armas, que el rey ni sus gentes no podian guardarse que no fuessen mal traydos cada vez que se juntauan, e a la cima perdieranse ay todas sus gentes sino por el obispo de Conturbel que ay fue, y era parte de la reyna, e descomulgo todo el reyno de Londres porque el rey no queria tomar su muger. E quando el rey vio que la sancta yglesia assi lo constreñia, vuo de tomar la reyna, e fue ende muy alegre, que no fazia semblante, ca el amaba a la reyna sobre todas las cosas del mundo” (BONILLA Y SAN MARTÍN [ed.], 1907, p. 324a). Não é difícil perceber que, para explicar o apoio eclesiástico, abandonou-se o argumento jurídico a favor de uma razão de índole pessoal: o arcebispo de Conturbel “era parente da raia”.

²² BONILLA Y SAN MARTÍN [ed.], 1907, p. 316a. Ver a passagem correspondente na *Mort Artu Vulgata* e a *Demanda* portuguesa: “si en fu moult dolenz li rois, et demanda se Lancelos avoit esté retenuz” (FRAPPIER [ed.], 1936, p. 95); “quando el êsto ouviu, se houve grã pesar, êsto nom demande nê uñ, e preguntou se era prêso Lançalot” (MAGNE [ed.], 1944, t. II, p. 327).

²³ BONILLA Y SAN MARTÍN [ed.], 1907, p. 316a. O estilo direto parece inovação do texto castelhano – a reescritura dos discursos dos personagens, do estilo indireto a direto e vice-versa, é bastante frequente em toda a tradição da *Mort*, já em francês–: “Quant li rois l’entent, si dist qu’il ne l’en estoit pas bel ; et puis qu’il est issi que de Lancelot ne se puet vengier, il se vengera de la reïne en tel maniere qu’il en sera parlé a toz jorz mes” (FRAPPIER [ed.], 1936, p. 96); “... el-rei disse ca lhi pesava ende, mas pois se nom podia vingar em Lançalot, vingar-se-ia da raia” (MAGNE [ed.], 1944, t. II, p. 327).

*de qual muerte deue morir, ca sin muerte no puede escapar, e aunque vos no lo juzqueys, ella morira*²⁴.

Note-se que, no texto francês, Artur faz sua, de forma quase literal, a conclusão condenatória “ele n’en puet eschaper sanz mort” que Agravain extraía da sua mendaz afirmação “ore estoit la chose prouuee”, e só consegue aplacar provisoriamente os seus ânimos graças ao conselho do prudente rei Yon – conselho que a *Demanda sevilhana* amplifica –²⁵. Mas embora a nossa novela, da mesma forma que a portuguesa, desperdiça os benefícios literários que uma factível versão literal lhe teria brindado neste caso pontual, ela é plenamente consciente da influência perniciosa que Agravain exerce sobre Artur e se empenha em sublinhá-la com elementos que, por falta de provas contrárias, devemos atribuir-lhe; mostra-los-á a análise contrastante do fragmento – sumaríssimo, como o próprio processo – que descreve como a rainha foi condenada.

²⁴ BONILLA Y SAN MARTÍN [ed.], 1907, p. 316ab. As palavras de Artur já constavam como estilo direto nas fontes francesa e portuguesa: “*Je bé [...] que por ce mesfet qu’ele a fet l’en en face grant justise. Et ge vos commant [...] tout premierement, por ce que vos estes rois, et as autres barons, qui ceanz sont, après, et si le vos requier seur le serement que vos m’avez fet, que vos esgardeiz entre vos de quel mort ele doit morir ; que sanz mort n’en puet ele eschaper, se vos meïsmes vos teniez devers lui, en tel maniere que, se vos disiez qu’ele ne deüst pas morir, si morra ele*” (FRAPPIER [ed.], 1936, p. 96); Frappier anota no seu aparato crítico que depois de “justise” “RDVO aj. Si grant justice que totes dames qui en orront parler en soient chastiees” (FRAPPIER [ed.], 1936, p. 96), lição que passou aos testemunhos ibéricos: “Quero [...] por esta deslealdade fazer dela tal justiça que tôdalas outras em sejam castigadas. E eu mando a vós, rei Iom, primeiramente, porque sodes rei, e a tôdolos ricos-homens outrossi que aqui som, e rogo-vos pola fé que me devedes que vós catedes de qual morte debe morrer, ca sem morte nom debe ela escapar, ainda que o vós julgássedes” (MAGNE [ed.], 1944, t. II, p. 327).

²⁵ “Sire, fet li rois Yons, il n’est pas us ne coustume en cest país que l’en face après none jugement de mort d’onme ne de fame ; mes le matin, se nos sonmes a ce mené qu’il nos couviengne a fere jugement, nos le ferons” (FRAPPIER [ed.], 1936, p. 96); mais uma vez devemos tomar nota de uma variante do trecho: depois de “fame” “VDO aj. et encore de si haute dame comme de madame la reine” (FRAPPIER [ed.], 1936, p. 96). As traduções ibéricas são: “Senhor, disse rei Iom, nom é fôro nem costume desta terra de dar juízo depois de noa, de-mais de morte de homem ou de molher e de-mais de tam alta dona como a raia é. Mas cras manhaã, se vós mandardes, o faremos” (MAGNE [ed.], 1944, t. II, p. 327); “Señor, dixo el rey Vandemagus, no es costumbre de ninguna tierra de dar juyzio despues de yantar, e mas de muerte de hombre o de muger, e demas a tan alta dueña como es la reyna; si, maquer que vos la mandassedes matar, no ganareys ay sino desonrra e vos no sereys vengado ni las otras no escarmentaran por ella, mas pues que a coraçon lo aueys, de mañana faremos lo que mandardes” (BONILLA Y SAN MARTIN [ed.], 1907, p. 316b).

FRAPPIER [ed.], 1936, p. 96-97	MAGNE [ed.], 1944, t. II, p. 327-328	BONILLA Y SAN MARTÍN [ed.], 1907, p. 316b
93. ... et au matin a eure de prime, quant li baron furent assemblé el palés, si dist li rois: «Seigneur, que doit l'en fere de la reïne par droit jugement?» Et li baron se trestrent a un conseil, si le demandent a Agravain, que l'en en devoit fere, et aus autres deus freres; et il distrent qu'il esgardoient par droit qu'ele en devoit morir a honte², car trop avoit fet grant desloiauté, quant ele³ en leu del roi qui tant estoit preudom avoit lessié gesir un autre chevalier. «Et nos disons par droit jugement que de ceste chose seulement avoit ele mort deservie⁴.» A ceste chose⁵ s'acordent li un et li autre a fine force, car il voient bien que li rois le velt⁶.	636. Manhãã, hora de prima, tanto que os ricos-homens foram assuados, mandou el-rei a Morderet e Agravaim e a tôdoslos ricos-homens que dissessem que haviam de fazer da raia per direito juízo. E êles saírom aa fala e disserom a Agravaim e a Morderet: – Êste é o juízo direito, nom há i al; pois em lugar de tam alto homem como rei Artur meteu outro cavaleiro, deve seer queimada. A êsto se outorgarom todos, que per grado, que per fôrça.	Cap. CCCXCIX. Como el rey mando a Grauain e a Morderec que era lo que mandauan se hiziesse de la reyna. Y otro día de mañana, a ora de prima, tanto que los hombres buenos fueron llegados, mando el rey a Morderec e Agrauain que dixessen que muerte deuia morir la reyna por derecho juicio. Y ellos salieron a fablar, e dixerón: “Este es el derecho juicio, e al no ay: que deue ser quemada, pues tal cosa fizo sobre tan alto rey como vos”. Y a esto se acordaron todos, que por grado, que por fuerça.
– ² RDVO quant li baron furent assemblé el palés, comanda li rois a Agravain et a Mordret et as autres barons de laienz que il deissent que l'en devroit fere par droit jugement de la roïne; et il se traient maintenant a consoil a une part. Si demanderent a Mordret et a Agravain, por ce que il estoient mieuz del roi que tuit li autre (V <i>om.</i> por ce que... li autre), qu'il lor sembloit que l'an deüst fere de la roïne par droit jugement; et cil destrent par droit qu'il esgardoient que ele devoit morir, car... W <i>analogue à A</i> – ³ <i>leçon de RDO</i> ; A qui ; V que. – ⁴ RDVO <i>au style indirect</i> et de cest fet sanz faille avoit elle mort deservie. – ⁵ D corde. – ⁶ <i>leçon de RDVO</i> ; A <i>om.</i> a fine force... velt.		

Repare-se em que o sintagma “*par droit jugement*” se repete quase obsessivamente no texto e subsiste inalterado (“*per direito juízo*”, “*por derecho juicio*”) através de duas versões que não poupam diferenças. Repetição que, contudo, carrega um grande cinismo já que, embora o conselho de nobres seja convocado para cumprir o seu dever de assessoria segundo as normas previstas, todo o ocorrido não é mais que uma fachada para legitimar a decisão que Artur tinha tomado no dia anterior, ao calor do incidente sucedido em sua câmara; a delicada reconvenção de Yon não serviu senão para acrescentar a culpa de Artur: ele não é simplesmente um rei que pode cometer uma arbitrariedade, é um que pode cometê-la com premeditação. Releiamos em detalhe o texto francês.

A estrutura do episódio é simplíssima: como em qualquer “conselho”, cujo centro é sempre a pessoa do rei, Artur apresenta a um destinatário (1.1) uma questão (1.2), recebe desse destinatário (2.1) – ou de uma parte destacada dele – um conselho (2.2) e sanciona o curso de ação a seguir (3). No que diz respeito ao destinatário (1.1), a leitura do texto crítico de Frappier demonstra perspectivas um pouco diferentes de uma mesma situação. Nas lições pelas quais o editor decidiu-se, Artur se dirige aleatoriamente a todos os barões e são estes os que, durante a discussão interna, recorrem à opinião de Agravain e os seus irmãos; a variante descartada – que sem dúvidas é a que incluiu a *Mort Post-Vulgata*, dada a sua proximidade com os testemunhos ibéricos – é idêntica no nível da história, já que o rei também se dirige a todos os nobres, mas não no do relato enquanto que, além do novo estilo indireto, o narrador dá ênfase às figuras dos intrigantes, e isso “*por ce que il estoient mieuz del roi que tuit li autre*”: Agravain e Mordret têm uma participação decisiva no processo, mas isso na medida em que figuras subordinadas ao rei, como os seus auxiliares – “*porte-parole*” os chama Frappier²⁶–. Artur, por outro lado, apresenta a questão (1.2) em termos irretocáveis, evitando incluir na superfície do texto qualquer elemento que permita sustentar que ele busca condicionar a resposta em um sentido ou em outro; é a frase final do narrador “*A ceste chose s’acordent li un et li autre a fine force, car il voient bien que li rois le velt*” o que ressignifica *a posteriori* a sua pergunta e o que opera como o indício textual básico pelo qual se percebe o cinismo arturiano a que temos feito referência. É verdade que um dos manuscritos da colação de Frappier – o manuscrito A – não inclui a dita frase, mas sim uma que é diretamente

²⁶ Cf. FRAPPIER, Jean. *Étude sur «La Mort le roi Artu», roman du XIII^e siècle, dernière partie du «Lancelot» en prose*. Paris: Droz, 1936, p. 342.

solidária e que esclarece que Agravain e Mordret “*estoient mieuz del roi que tuit li autre*” – inexistente por sua vez em V –; os manuscritos poderiam mostrar a paulatina floração de um sentido que quiçá no original estava apenas implícito. De qualquer forma, um fato é incontestável: em todos os testemunhos é a proposta dos irmãos Agravain e Mordret (2.1) a que acaba se impondo na discussão dos nobres, e se por este episódio não podemos concluir que as suas palavras e ações refletem a vontade do rei, isso sim fica claro pelos anteriores. Agravain e Mordret só dizem o que o rei diria se pudesse decidir por si mesmo, isto é, o que disse antes que Yon se intrometesse e o obrigasse a cumprir estas incômodas formalidades. De fato, que é o rei Artur quem controla tudo neste falso conselho fica sugerido pela significativa distância existente entre a recomendação dada (2.2) e a resolução concreta aplicada (3): se os irmãos propõem como castigo uma pena capital não especificada, ausente em nosso fragmento – e depois da flagrante, mas inútil intervenção de Gauvain em favor da rainha (“*Sire, ge vos rent quanque ge tieng de vos, ne jamás jor de ma vie ne vos servirai, se vos ceste desloiauté souffrez*”²⁷) – lemos que “*li rois commande a ses sergenz qu’il feissent en la prerie de Kamaalot un feu grant et merveillex, ou la reïne sera mise; car autrement ne doit reïne morir qui desloiauté fet, puis que ele est sacree*”²⁸. Eficacíssima eleição do discurso indireto livre nesta última frase, a qual, ao colocar na boca do narrador o que só Artur pensa, funciona como a irônica moral de toda a sequência narrativa já que contém ao mesmo tempo a maligna convicção do rei e sua sutil impugnação por parte do narrador.

Segundo assinalamos, a *Demanda* portuguesa faz eco das lições relegadas por Frappier ao seu aparato. Desta forma, no que tange ao destinatário escolhido (1.1) e à questão proposta (1.2), não encontramos grandes diferenças frente ao que acabamos de descrever: Agravain e Mordret continuam gozando de um lugar destacado no momento de formular ao rei a sua pergunta e esta ainda apresenta o problema com um estilo mais ascético; no entanto, a importante ausência dessa indicação final “*car il voient bien que li rois le velt*” torna agora possível uma interpretação mais simples das ações de Artur: a intervenção de Yon poderia ter sido efetiva realmente, de forma que o monarca iniciaria o conselho com a mente aberta a sancionar um “*droit jugement*”. Contudo, logo aparecem outros importantes desvios do texto português. Agora são os “ricos-homens”, na

²⁷ Cf. FRAPPIER [ed.], 1936, p. 97.

²⁸ Ibid., p. 97.

qualidade de personagem coletivo, que atuam como conselheiros (2.1), e sua resposta já inclui a fogueira como encarniçado meio de execução (2.2). A atuação de Agravain e Mordret – tão importante quanto pérfida desde o início da *Demanda* portuguesa – acha-se assim sensivelmente diminuída, mas não a sua posição no conselho, pois os nobres outra vez deliberam com eles e não diretamente com o rei; na verdade, Artur não aparece muito ativo durante o episódio, e neste sentido a omissão de “*car il voient bien que li rois le velt*” não o priva simplesmente dessa atuação intrigante característica da *Mort Vulgata*, priva-o propriamente de qualquer tipo de atuação. De fato, já que a ideia de queimar Genevra tem sido concebida pelos nobres, a frase portuguesa relativa à sanção final do pleito (3), “*E el-rei mandou fazer mui grã fogo fora da vila no campo*”²⁹, carrega um significado muito diferente do de sua correlativa no original, não obstante a sua relativa literalidade: trata-se de uma simples instrução procedimental. E o discurso indireto livre associado a estas instruções tem sido anulado, quiçá simplesmente porque não se o compreendeu como tal, ou talvez porque já não é possível atribuir a Artur a autoria de pena tão injuriosa. Em conclusão, cremos que a *Mort Post-Vulgata* hipoteticamente mais bem preservada neste texto português incursiona numa interpretação do nosso episódio que não era por completo impossível para o da *Mort Vulgata*, isoladamente considerada, mas que não se ajustava à provada degradação moral do seu protagonista em quase toda a segunda seção do *roman*: Artur é um rei vulnerável e “*encizañado*”, age sob a influência dos maus conselheiros. Esta nova ênfase encontrava na *Mort Post-Vulgata* um contexto mais propício já que as suas primeiras seções, e as últimas da *Queste*, foram dedicadas a adiantar e amplificar o motivo do conflito entre os sobrinhos do rei e Lancelot, e a fazer do seu trágico Artur um monarca preso dessas misérias alheias.

O comportamento inicial do rei (1.1 e 1.2) é idêntico nos textos francês e português, seus matizes divergentes provêm então da presença ou ausência de certas intervenções pontuais do narrador. A situação é distinta na *Demanda* castelhana. Os “*hombres buenos*” como coletivo, ainda presentes, já não são os consultados, uma vez que Artur se dirige diretamente a Agravain e a Mordret (1.1), os mesmos que suscitaram o conflito para vingar-se não diretamente de Genevra senão indiretamente de Lancelot. A pergunta do rei (2.1), em uma lição difícil de explicar como mera tradução do português, é coerente com isso porque prioriza mais o modo de executar a rainha; embora

²⁹ MAGNE [ed.], 1944, t. II, p. 328.

narrativizado, agora é o mesmo discurso do personagem o que torna explícito o que na *Mort Vulgata* era interpretação do narrador: Artur acode ao conselho com uma sentença prévia, tomada durante o incidente do dia anterior, e busca sem dissimular os conselheiros que melhor sintonizem com ela. A “*privanza*” entre Artur, Agravain e Mordret fica demonstrada pelo fato óbvio de que são os irmãos os únicos que respondem (2.1); e se a lição “*ellos salieron a hablar*” é quase idêntica à portuguesa “*êles saírom aa fala*” e poderia aludir a uma deliberação como o da *Mort* francesa nas suas duas versões (“*li baron se trestrent a un conseil*” ou “*il se traient maintenant a consoil a une part*”) – deliberação em que os “*hombres buenos*” poderiam manifestar-se –, quase de imediato entendemos pelo mesmo parlamento que Agravain e Mordret responderam diretamente ao rei (“*deue ser quemada, pues tal cosa fizo sobre tan alto rey como vos*”)³⁰. Esta resposta (2.2) sugere uma solução tão inequívoca como a do texto português, e como ele fundamenta, na honra de Artur, a infame e crudelíssima execução: o sofrimento de Genevra deve ser tanto ou mais injurioso do que o que ela infringiu ao esposo traído. Certamente, nos perguntamos se nesse elogio ao rei, agora articulado na sua presença, não se esconde também a astuta intenção de adulá-lo. Só então encontramos a segunda e última referência aos nobres, mais do que imprecisa (“*Y a esto se acordaron todos, que por grado, que por fuerça*”), a qual vem a confirmar a sua posição de simples espectadores do conselho no que deveriam ter sido escutados. A descrição da ordem final de Artur (3), “*Y el rey mando fazer gran fuego fuera de la villa en el canpo*”³¹, volta a omitir aquele discurso indireto livre da *Mort Vulgata* e a ter um caráter de mera instrução.

A *Demanda* castelhana, definitivamente, parece retornar em parte ao espírito da *Mort Vulgata*, pois Artur acode ao conselho com um estado de ânimo que lhe impede de considerar opções diferentes à morte de Genevra, mas como na *Demanda* portuguesa, nem tudo o que ali ocorre é controlado por ele: o horrendo método de execução é da autoria de uns conselheiros bem concretos, Agravain e Mordret, por quem Artur mostra predileção. Já desde o título dado ao capítulo, outra inovação exclusiva do impresso sevilhano (“Como el rey mando a Grauin e a Morderec que era lo que mandauan se hiziesse de la reyna”), são estes três personagens os únicos protagonistas do episódio, e a equívoca relação

³⁰ Devemos então entender o verbo “*salir*” na sua antiga acepção de “iniciar la intervención en un pleito o una causa como fiscal o como parte” (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*. Madrid: Real Academia Española, vigésima segunda edición, 2001, t. II, p. 2012)?

³¹ BONILLA Y SAN MARTÍN [ed.], 1907, p. 316b.

hierárquica que os une está cifrada – talvez por mero azar, é verdade – nesse uso especular do verbo “mandar”: Artur “mandô” –isto é, ‘perguntou’– que “mandaban” –isto é, ‘ordenavam’– os irmãos; rei e sobrinhos exercem um ato de vontade e violência, mas não deixa de surpreender que o significado próprio do verbo só exista no segundo caso³². Em contraste com a *Mort* original, onde a sentença era imposta por um rei incapaz de escutar, e com a *Demanda* portuguesa, onde era aceita por um rei quase ausente, o Artur de nossa novela é tanto verdugo quanto vítima, promotor e receptor da violência.

Estes novos matizes explicam outros desvios; destacaremos rapidamente dois, o primeiro dos quais se encontra na passagem consagrada a descrever como Gauvain, integrante desse conjunto de nobres ignorados que têm concordado “*por fuerça*”, reage ante o ocorrido:

*Y quando Galuan vio que Agrauain tal juicio dio, dixo: “Si Dios me ayude, nunca quedare ni estare en lugar do muerte vea de la dueña que del mundo es mas noble, e demas que Lançarote querra demandar este juicio, e algunos se fallaran ende mal”; e fuesse para el rey, e dixo: “Señor, yo vos dexo quanto de vos tengo, y jamas mientras biua nunca os siruire”. Y el rey no le respondio nada, ca estaua con mal sabor, e Galuan se partio del, e fuesse para su posada faziendo gran duelo*³³.

Além de que o narrador assinala sem rodeios ao autor intelectual da afronta que virá –algo que também fazia o da *Demanda* portuguesa com o seu, mas não o da *Mort* francesa, que ocultava numa forma passiva uma responsabilidade só atribuível ao rei –,

³²Sebastián de Covarrubias define “mandar” deste modo: “Es ordenar a otro haga alguna cosa, como de superior a inferior, latine iubeo et impero, aunque le tomamos del verbo mando, as avi. [...] Mandar es gobernar, y ninguno debe mandar a otro sin que sea su criado o súbdito, o por alguna otra vía tenga imperio sobre él; porque faltando esto le podrían dezir: Mandaldo y hazeldo vos” (DE COVARRUBIAS, Sebastián. *Tesoro de la lengua castellana o española*. Barcelona: Horta, 1943 [1ª ed. 1611], p. 784). Mas a sintaxe de nosso título torna difícil interpretar o “mandô” de Artur neste sentido, e melhor corresponderia entendê-lo como “demandô”: “Demandar. Vale pedir en juyzio o fuera dél, o preguntar; aunque el verbo latino demando, das, tenga casi sinificación contraria, que es encomendar y cometer” (Ibid., p. 450). Tanto a primeira como a última edição do dicionário acadêmico só consignam a acepção ‘perguntar’ na entrada “demandar” (cf. REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de Autoridades*, edición facsímil. Madrid: Gredos, Biblioteca Románica Hispánica, 1963 [1ª ed. 1726-1739], 3 vols. T. I, p. 64b [“demandar”] y t. II, p. 474a [“mandar”]; cf. REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2001, t. I, p. 677 [“demandar”] y t. II, p. 1304 [“mandar”]).

³³Coteje-se com as versões dos hipotextos: “Quant messire Gauvains vit que li jugement estoit a ce menez que la mort la reine i estoit toute esclairiee, lors dist que, se Deu plest, ja ceste dolour n’essardera que il voie morir la dame del mont qui greigneur enneur li a portee. Lors vient messire Gauvains au roi, si li dit: “Sire, ge vos rent quanque ge teing de vos, ne jamés jor de ma vie ne vos servirai, se vos ceste desloiauté souffrez.” Li rois ne li respont mot a ce qu’il dit, car il entendoit a autre chose; et maintenant messire Gauvains se part de court et s’en vet droit a son ostel si grant duel fesant com s’il veüst devant li mort tout le monde” (FRAPPIER [ed.], 1936, p. 97). “Quando Galvam viu que êles davam tal juízo, disse: –Se Deus quiser, nunca em tal juízo seerei nem estarei, u veja a morte da dona do mundo que sempre me mais honra fêz. Entom se foi a el-rei e disse-lhi: – Senhor, eu vos leixo quanto de vós tenho e jamais mentre viva nom vos servirei. El-rei nom tornou a rem que lhi dissesse, ca muito tiña em al o coração. E Galvam se partiu entom dêle e foi-se a sa pousada, fazendo o maior doo do mundo” (MAGNE [ed.], 1944, t. II, p. 328).

interessa notar que o discurso de Gauvain, desprovido desse remate condicional “... se vos ceste desloiauté soufrez”, agora parece incapaz de cumprir a função apelativa do original, como se sugerisse ao mesmo tempo que o rei é inflexível e que grande parte da decisão tomada é exterior a ele. Também na nossa *Demanda* o rei tem tido a oportunidade de agir “*par droit jugement*” – recordemos que as palavras de Yon têm sido amplificadas em elogio dessa rainha pela qual Artur ainda sente amor – mas só os piores conselhos encontram eco no seu ânimo. De fato, no segundo desvio ao que aludiremos, localizável dentro do capítulo CCCC – último do episódio –, o texto castelhano faz explícita esta interpretação através de outro personagem coletivo, o povo de Londres:

*E tanto que sacaron la reyna del palacio para leuar a quemar por las ruas de la villa, veríades de todas partes salir viejos e mancebos, ricos y pobres, e yr em pos della dando gritos e haziendo el mayor duelo del mundo, e dezian todos a una boz: “¡Ay buena señora e de buen donario, e mas cortes, y enseñada, e de mayor beldad que otra dueña! ¿Do fallaran oy mas los pobres e los menguados consejo? ¡Ay rey Artur, como fazes mal, e que mal te consejaron los que el consejo te dieron; e presto te verna ende mal, e sera tu reyno destruydo por ende, e los traydores que lo fazen hacer, mueren ayna mala muerte!”; e assi hazian duelo aquellos que lo veyan, e despues yuan tras ella dando bozes, como si fuessen fuera de seso*³⁴.

À diferença do coletivo “hombres buenos”, o povo é por natureza um personagem periférico, mas justamente esta posição lhe permite – como ao coro da tragédia grega – uma melhor compreensão e expressão do sentido da fábula. Isso também ocorria nos nossos hipotextos, mas a versão castelhana soma, à repreensão dirigida a Artur, outro dedicado aos “*cizañeros*” Agravain e Mordret: “*que mal te consejaron los que el consejo te dieron*”. A *Demanda* castelhana não deturpa o sentido da *Mort*, só se permite uma ênfase em uma direção para a qual esta já se dirigia.

³⁴ BONILLA Y SAN MARTÍN [ed.], 1907, p. 316b. O hipotexto francês diz: “Quant la reïne fu issue de la cort et cil de la cité la virent venir, lors oïssiez genz crier de toutes parz : ‘Ha ! dame debonere seur toutes autres dames et plus cortoise que nule autre, ou trouveront jamés povre gent pitié ? Ha ! rois Artus, qui as porchaciee sa mort par ta desloiauté, encor t’en puisses tu repentir, et li traïteur qui ce ont porchacié puissent morir a honte !’ Itiex paroles disoient cil de la cité el aloient après la reïne plorant et criant aussi com s’il fussent hors del sens” (FRAPPIER [ed.], 1936, p. 98). O texto português diz assim: “Tanto que a raia saíu do paaço e a levarom pelas ruas da vila, veeríades correr de tôdas partes e sair mancebos e mancebas e velhos e velhas e ricos e pobres, dando vozes e braados e fazendo o maior doo do mundo, e diziam todos a ãa voz: – Ai, senhora bõa e de boõ donaire e mais cortesa e mais ensinada de outra dona, u acharóm, dêi i, os mais pobres conselho nem piadade? Ai, rei Artur, que a fazes per deslealdade e per bravura matar, ainda ende pesar venha e que ainda porém sejas destruído do reino, e os traedores que to fezerom fazer moiram ainda de maa morte! Assi diziam todos os da vila, quando passava per antre êles; e, dêi i, iam todos pós ela, dando vozes como se fõssem fora de sem” (MAGNE [ed.], 1944, t. II, p. 328).

4. A *Demanda sevilhana*, “*novela de caballerías*”

Acreditamos ter apresentado nos seus traços essenciais as diferentes interpretações das que são objeto os poucos – e, por isso mesmo, vitais – elementos constitutivos do nosso breve episódio na *Demanda* castelhana e seus hipotextos. Cumprido aquele pressuposto fundamental enunciado por Chevrel, só resta julgar os textos ibéricos à luz dos seus contextos e meios de transmissão.

Também aqui os termos de comparação possuem diferenças facilmente apreciáveis. Temos dito que a *Demanda* portuguesa é considerada mais fiel que a castelhana à redação original perdida da *Post-Vulgata*; pois bem, tal afirmação é pertinente não só no aspecto textual, mas também o é quanto ao seu suporte e ao que este significa contextual e culturalmente. Como é óbvio, o manuscrito quatrocentista da Biblioteca de Viena ainda supõe umas pautas de leitura medievais, as quais guiaram primeiro ao anônimo autor francês que reelaborou a *Mort Vulgata* e mais tarde ao clérigo Juan Bivas que supostamente traduziu para o português o ciclo *Post-Vulgata* – ou ao menos a sua primeira seção – por encargo de Afonso III de Portugal³⁵. E quem senão um rei, um príncipe ou um importante senhor estaria em condições de custear uma cópia derivada desse trabalho? Mas, além disso: que leitor, em uma época em que não abundam, encontraria significativas estas ficções pensadas como “espelho” de uma realidade aristocrática?³⁶ O Artur “*encizañado*” do texto português oferece então um modelo exemplar. Muito diferente é a situação da *Demanda* castelhana. Ainda desde uma análise estritamente textual, Bohigas não duvida em considerá-la um exemplar mais da moda literária dos livros de cavalarias espanholas do quinhentos³⁷. E é que a

³⁵ Cf. CASTRO, Ivo. “Sobre a data da introdução na Península Ibérica do ciclo arturiano da *Post-Vulgata*”. Boletim de Filologia (*Homenagem a Manuel Rodrigues Lapa I*), n. XXVIII, p. 81-98, 1983. Cf. GRACIA, 1996, p. 13.

³⁶ GÓMEZ REDONDO, Fernando. *Historia de la prosa medieval castellana*. Vol. II: “El desarrollo de los géneros. La ficción caballerescas y el orden religioso”. Madrid: Cátedra, 1999, p. 1462.

³⁷ A sua valoração, de fato, não é nada alentador: “*Se nota también, al compararse las ediciones de Toledo y Sevilla con el texto gallego-portugués, que aquéllas han suprimido principalmente aquellos episodios de carácter simbólico que habían sido respetados por el Seudo-Borron [...]. De su fondo místico, en las ediciones españolas sólo ha quedado el episodio del final; en lo restante nos ofrecen un relato romanesco y de imaginación, a menudo sin ninguna originalidad, pues nuestros compiladores suprimieron sistemáticamente los episodios no tan pródigos en desafíos y contiendas. [...] Suprimidas estas partes que contiene el ms. de Viena, la Demanda que nos ha llegado en las ediciones españolas del s. XVI se parece a uno de tantos libros de caballerías, repleto de aventuras truculentas e inverosímiles, que a no estar en cierta manera compensadas por la belleza del final, hubiera podido figurar en la lista de libros de Don Quijote condenados al fuego*” (BOHIGAS, Pedro. *Los textos españoles y gallego-portugueses de la Demanda del Santo Grial*. Madrid: Imprenta Clásica Española, Anejo VII de la *Revista de Filología Española*, 1925, p. 67).

novela como testemunho historicamente caracterizável é já um “livro impresso”, o produto tanto de uma tradição literária quanto de um *gênero editorial* específicos³⁸. Assim, o homem comum que lia ou escutava ler o episódio da injusta condenação de Genevra não estava chamado a refletir sobre os seus deveres estamentais – porque obviamente os seus distavam muitíssimo dos que a ficção examinava –, só via no “Artur encizañado” uma nova realização de um motivo literário presente na literatura espanhola já desde o Afonso VI do *Poema de mio Cid*, seu primeiro grande texto popular, e reeditado no rei Lisuarte do *Amadís de Gaula*, obra fundacional da tradição cavalleiresca vernácula.

³⁸ Falamos do *gênero editorial cavalleiresco* segundo as informações de José Manuel Lucía Megías: “La literatura de los Siglos de Oro existió también porque la imprenta la impuso a un público, la difundió, le otorgó en cada caso una forma externa particular. La literatura imagina lectores; la imprenta, compradores. [...] Es indudable que los libros de caballerías castellanos conforman un género literario en donde el “paradigma” del *Amadís de Gaula* marcó las bases de su evolución. [...] Pero no es tampoco menos cierto que todos estos libros de caballerías forman parte también de una estrategia editorial que llegó a crear gracias a estos títulos un verdadero género editorial: un código con unas precisas características externas que tenía la finalidad de atraer como una sirena en medio del océano impreso la atención del comprador, mediante el cual un género literario se identifica con una forma externa concreta. Ambos tipos de géneros, literario y editorial, deben entenderse como las dos caras de la moneda de los libros de caballerías” (LUCÍA MEGÍAS, José Manuel. *Imprenta y libros de caballerías*. Madrid: Ollero & Ramos, 2000. p. 33-34).